

RESENHA

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? – Por uma epistemologia crítica.** 1ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Lucas Guedes Villas Boas

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte (MG), Brasil
lucasvgb1991@hotmail.com

Em *Para Onde Vai o Pensamento Geográfico - Por uma Epistemologia Crítica*, Ruy Moreira discute a evolução da ciência geográfica, relacionando-a com as mudanças epistemológicas sofridas pela ciência em âmbito geral. Ademais, a obra, dividida em oito capítulos, debate as diferentes concepções de natureza, homem e economia que caracterizaram a geografia moderna, perpassando pelos trabalhos de geógrafos cujas teorias influenciaram a evolução do pensamento geográfico. Atualmente, o livro possui suma importância, uma vez que a tricotomia estabelecida pela ciência entre natureza, homem e economia justifica diversas ações que causam a degradação ambiental e a deterioração das condições de vida de mulheres e homens em todo o planeta. Sob esse prisma, a obra constitui um esforço teórico para o rompimento dessa visão fragmentada da geografia.

Assim sendo, na obra filiada à corrente crítica da geografia, Ruy Moreira demonstra que a geografia foi, por muito tempo, e ainda é baseada no esquema tripartite N-H-E (natureza-homem-economia). Neste intuito, discute a maneira como cada um destes três aspectos foi trabalhado pela ciência geográfica na história de seu pensamento, evidenciando as causas de um estudo tão fragmentário. Ao final, delinea a busca de uma geografia sem a estrutura N-H-E.

Na primeira metade do século XVIII, existiam duas vertentes da geografia: a escola político-estatística de geografia, caracterizada por marcos políticos, e a escola de geografia pura, pautada em aspectos físicos. Portanto, já havia uma divisão no cerne desta área do conhecimento.

A geografia moderna surge na segunda metade do século XVIII, tendo como bases filosóficas o Iluminismo e o Romantismo Alemão. Sua fundação se alicerçou na epistemologia kantiana e no arcabouço teórico-metodológico de Forster, cuja obra possuía

viés sistemático-regional. Neste âmbito, ela possui três fases. Na primeira, durante a Baixa Modernidade, é influenciada pelas vertentes filosóficas supracitadas. Já na Modernidade Industrial, o positivismo influencia expressivamente a geografia. Enquanto isto, no período atual, da pós-modernidade, várias referências filosóficas interferem no pensamento geográfico.

Forster concebia a geografia como uma ciência corográfica, a qual deveria utilizar o método comparativo para o estudo da superfície terrestre. Na ótica kantiana, o espaço geográfico é entendido a partir da sensibilidade e a natureza é percebida pela experiência sensível. Kant compreende o espaço como um todo, e a região como seu recorte. Sua concepção vinculava-se à geografia pura, entendendo a geografia como uma ciência descritiva e corográfica.

Ritter e Humboldt são considerados os fundadores da geografia de cunho científico. Na ótica holista de ambos, a geografia deveria estudar a superfície terrestre, nas relações indissociáveis entre homem e natureza. Em seus estudos, Ritter usava a corologia e o método comparativo, nos quais unia o método indutivo ao dedutivo. A partir da individualidade de cada área, ele realizava a construção conceitual da região. Por intermédio de seu método, fundou-se o estudo regional. Já para Humboldt, o objeto da geografia era a globalidade do planeta. O naturalista considerava a relação orgânico-inorgânico (biótico-abiótico) como a síntese da vida humana. Salienta-se que a abordagem holista, característica do período de instituição da geografia enquanto ciência, deriva da influência das vertentes filosóficas do Iluminismo e do Romantismo.

Na geografia, o neokantismo se caracteriza pela corologia e pela geografia regional, retornando assim, a Ritter. O principal expoente desta vertente foi Hettner, o qual utilizava a diferenciação de áreas como método de seus estudos regionais. Para além, Hettner distinguia a geografia geral da regional, divisão predominante nos dias atuais.

Ratzel, em sua geografia política, entendia que a relação homem/natureza era mediada pelo espaço político estatal. Sua obra apresentava uma visão organicista do Estado, reflexo da expressiva influência exercida por Darwin. Para além, o geógrafo alemão concebia o homem como produto do meio, num viés mais determinista. Ele prosseguiu com a fragmentação da geografia, algo marcante em seus antecessores.

Na virada do século XIX para o XX, a geografia da civilização, principalmente através de Vidal de La Blache, cuja obra valorizou o gênero de vida e a relação homem-meio, promove o retorno à geografia corológica. Este geógrafo entendia a região como singularidade. Contudo, seu olhar era fracionário, isolacionista, seguindo o modelo tripartite em seus escritos. Nesta contextura, Moreira julga o modelo N-H-E fragmentário, tecendo severas críticas a ele. Ademais, explana que buscando romper com este panorama, a geografia se torna uma ciência de síntese.

Por muitos séculos, a teoria geocêntrica, desenvolvida por escritores como Aristóteles e Ptolomeu, prevaleceu entre os estudiosos. Em suas obras, Aristóteles dividia o mundo em sublunar (dos homens e da imperfeição) e supralunar (da perfeição). Para ele, a natureza era algo divino.

Opondo-se à tese aristotélica, a ciência moderna surge a partir do heliocentrismo de Copérnico e do método experimental de Francis Bacon e Galileu Galilei. A descoberta da órbita elíptica dos astros por Kepler também foi importante neste processo, pois desmistificou a visão aristotélica de mundo. Doravante, a natureza é entendida e estudada através de leis mecânicas. A concepção físico-matemática de mundo e natureza, difundida pelo cartesianismo, é consolidada através de Newton, com sua lei universal da gravidade.

Quando Galileu dicotomiza homem e natureza, esta é desumanizada. Portanto, o advento da ciência moderna incide na dessacralização da natureza. Após este processo, o homem tricotomiza a si e ao mundo, dividindo-o em natureza, corpo e mente. O século XVIII é marcado pela objetificação e fisicidade da natureza. Com o mecanicismo e a Revolução Industrial, a natureza é transformada em técnica e em mercadoria, visto que a fábrica a vê como fonte econômica de recursos. Neste contexto, o corpo humano, integrado à natureza, torna-se força de trabalho.

Nos tempos recentes, a geografia compreende a natureza de modo fragmentário. Assim, ela pode ser apreendida pela ordem da sucessão, podendo ser quantificada e classificada por intermédio de taxonomias. Deste modo, o conceito vigente de natureza a define como algo semelhante a uma máquina, um conjunto de partes autônomas interadas por leis físico-matemáticas.

Para Ruy Moreira, a diversidade da natureza ocorre na superfície terrestre, sendo caracterizada pelos movimentos e pelas matérias vivas e não vivas e suas relações, visão bem

próxima da difundida por Humboldt. A propósito, na questão ambiental contemporânea, há um retorno ao holismo humboldtiano, de viés corológico, bem como existe um ressurgimento da superfície terrestre como espaço do homem e objeto de estudo da geografia. Nos dizeres de Moreira (2009, p. 73-74), o espaço surge da relação entre homem e natureza, e se configura como a diversidade suprimida na unidade numa relação dialética.

Em sua filosofia positiva, Comte mostra que há três etapas da evolução histórica do conhecimento humano: a teológica (religião), a metafísica (filosofia) e a positiva (ciência), sendo esta a ordem de evolução. Em sua teoria, a ciência iria da forma mais geral e simples, a matemática, a mais específica e complexa, a sociologia. O positivismo reuniu todas as ciências surgidas após Nicolau Copérnico e promoveu sua especialização. Ademais, reduziu os fenômenos ao seu conteúdo físico, indo do geral (nomotético) ao específico (idiográfico).

Com o decorrer do tempo, a geografia analisou o homem como população, atribuindo-lhe caráter quantitativo. A produção e o consumo o transformaram em estatística, convertendo-o, nos dizeres do autor, no homem estatístico. Nesta ótica, a migração do excedente populacional seria uma forma de equilibrar a relação necessidade/recursos. Não obstante, a geografia da população é o ramo que estuda o homem em termos matemáticos. Neste âmbito, Moreira (2009, p. 77-90) critica a análise quantitativa da distribuição populacional pelo espaço geográfico.

No paradigma físico-matemático, propagado pelo positivismo, o homem é visto como máquina. Assim, no capitalismo industrial, o ser humano é força de trabalho, fator de produção, apenas mais uma engrenagem na totalidade do processo produtivo. Portanto, na modernidade, natureza e trabalho se tornam fatores produtivos. O modo de produção capitalista carece de reserva de mão-de-obra, para manter a exploração do trabalho e alargar as taxas de lucro.

Desta maneira, a economia unifica natureza e homem, por intermédio da lógica mercantil. A natureza é entendida como fonte de recursos, enquanto o homem é concebido através da perspectiva do consumo. Com a desnaturalização do homem e sua conversão em força de trabalho, surge o homem atópico, o qual não faz parte da natureza, tampouco da sociedade.

Nesta celeuma, o autor estabelece uma diferenciação entre o tempo da cidade e o tempo do campo, atrelando o primeiro à técnica e à ideia de progresso, as quais se tornam

hegemônicas sobretudo após a Revolução Industrial. Já o tempo do campo é comandado pelos ciclos da natureza, diferenciando-se neste quesito dos interesses mercantis (MOREIRA, 2009, p. 107).

Ao abordar a temática da indústria, Moreira (2009, p. 108-110) considera a Primeira Revolução Industrial como a fase do capitalismo atrasado, caracterizada pelo maquinismo, o qual consiste na base da passagem da manufatura para a fábrica. Ademais, seu principal setor industrial foi o têxtil, com destaque para o carvão mineral enquanto fonte energética.

A Segunda Revolução Industrial, denominada por alguns teóricos como a fase do capitalismo avançado, inicia-se nos Estados Unidos. Neste momento, o fordismo, utilizando-se de algumas premissas do taylorismo, propaga a separação entre trabalho intelectual e manual, tornando o trabalho especializado e repetitivo. Neste período, o Estado keynesiano teve importante papel, intervindo na infraestrutura necessária à expansão da indústria fordista, na qual se sobressaíram os setores energéticos e as indústrias siderúrgica, metalúrgica, petroquímica e automobilística.

Já na Terceira Revolução Industrial, há a flexibilização do trabalho e da produção, ambos os processos inseridos no bojo da acumulação flexível, terminologia utilizada por David Harvey para designar o regime de acumulação do período pós-fordista. Neste contexto, os processos de terceirização e subcontratação são ampliados exponencialmente, bem como se aprofunda a financeirização da economia. Na atualidade, a indústria moderna descortina a contradição entre técnica e natureza, pois o aprimoramento da tecnologia incidiu na expansão da degradação ambiental.

Adiante, Moreira (2009, p. 120-121) enuncia que a geografia científica vivenciou três fases. A primeira perdurou até meados do século XIX, baseando-se na descrição de paisagens. Seus expoentes foram Ritter e Humboldt, cujas contribuições foram o método comparativo e o olhar holista. Já no término do século supracitado, surge a geografia da civilização, cujo principal autor foi La Blache, voltada para o estudo das relações, sobretudo entre homem e meio.

No século XX, a geografia chega à sua terceira fase, preocupando-se com a organização da sociedade pelo espaço. Neste cenário, sob profunda influência positivista, surgem as teorias locacionais e espaciais, difundidas por autores como Von Thünen, Weber e Christaller, vinculados à Geografia Teorético-Quantitativa.

Hodiernamente, o paradigma mecânico, dominante por alguns séculos, é substituído pela engenharia genética, havendo uma renovação na ciência, através de ramos como a física quântica, a biologia molecular, entre outros. Para Moreira (2009, p. 183-184), a engenharia genética é uma técnica de intervenção no espaço para alterá-lo e articulá-lo na rede global.

A ciência geográfica almeja a união de todos os seus temas em um único conceito. A primeira tentativa foi realizada através do recorte regional, do conceito de região, o qual, até a década de 1950, era uma categoria-chave da geografia. Sua principal característica era a demarcação territorial com rígidos limites. Deste momento em diante, o papel matricial da região gradativamente perde importância, processo intitulado por muitos autores como “morte” da região.

Entretanto, os estudos regionais se reavivam nos últimos anos, através da sociedade em rede, na qual a mobilidade territorial é ampla. A lógica reticular e as relações dela derivadas redimensionam a região para a geografia, pois a contiguidade não é mais uma determinante da região.

Na sequência, o autor aponta dois conceitos distintos do lugar. Para Milton Santos, vinculado à vertente crítica da geografia, o lugar é o ponto de encontro entre a horizontalidade e a verticalidade. Nota-se que a definição adotada pelo brasileiro considera o processo de globalização e insere o lugar nas dinâmicas socioeconômicas. Já para o geógrafo humanístico Yi-Fu Tuan, o lugar está associado ao pertencimento e à identidade, aproximando-se da noção de espaço vivido.

Durante todo o livro, Ruy Moreira expõe alguns de seus argumentos referentes à ciência geográfica. Ele considera equivocada a taxonomia muito fragmentada da geografia, criticando sua divisão dicotômica em geografia humana e física. Além disto, articula inúmeras críticas à matematização da ciência, pois o método matemático é descritivo, mas não é explicativo.

Até o decênio de 1950, a geografia se destinava à análise das paisagens, sendo um saber descritivo. A partir desta década, a geografia real, a teórica e a institucional se coadunam, formando um conhecimento explicativo. Nesta discussão, ele enaltece Lacoste, pois o francês geografizou o conceito de escala, retirando-o do viés puramente matemático e conferindo-lhe caráter espacial.

Nesta esfera, ele disserta que há duas linguagens geográficas: a conceitual e a cartográfica, alegando que a linguagem cartográfica deve expressar a linguagem conceitual da geografia, visto que o mapa contém os elementos basilares do espaço. Durante muito tempo, a ênfase da geografia foi a localização, em detrimento do movimento e da fluidez. Na concepção do autor, a teoria dos fixos e fluxos elaborada por Milton Santos repara este equívoco.